

**A COHAB DE CARAPICUÍBA, SUA IMPLANTAÇÃO E MUDANÇAS:
NOTAS PARA UMA PESQUISA HISTÓRICA**

Leandro Antonio de Almeida
(*Mestre em História / FFLCH / USP*)

Resumo: Este artigo sumariza o processo de construção e ocupação da Cohab de Carapicuíba, tendo em vista a ausência de tratamento crítico quando abordado no âmbito histórico municipal. Objetiva-se sistematizar alguns aspectos históricos envolvidos no estabelecimento da Cohab de Carapicuíba, ao qual chegamos pela pesquisa em diversas fontes bibliográficas. Ligada ao processo de industrialização, é apresentada sumariamente a questão da moradia popular no Brasil em diferentes épocas: produção rentista e empresarial até 1930, o surgimento dos conjuntos habitacionais pelos IAPs entre 1940 e 1964, e a política habitacional do BNH entre 1964 e 1986, quando se fundou as Companhias de Habitação responsáveis pela construção de Cohabs. Vários autores mostram como, marcados por uma política de contenção de custos, os conjuntos produzidos tinham má qualidade urbanística e arquitetônica. O Conjunto Habitacional Pres. Castelo Branco, localizado num campo de bois próximo ao antigo matadouro municipal (de São Paulo) em Carapicuíba, foi estabelecido entre 1972 e 1986, com vários dos problemas apontados, os quais buscaram ser sanados pelos próprios moradores através da ocupação não prevista de espaços públicos e coletivos. Por fim, aponta-se a necessidade, para melhor entender todo esse processo, de se entrevistar os moradores, considerando-se as diferenças geracionais.

Abstract: This paper summarize building and occupation process of Carapicuíba's Cohab, because absence of critical treatment by town historical approach. The goal is systematize any historical aspects regarding to Carapicuíba's Cohab establishment, done by bibliographical research. Linked to industrialization process, is briefly introduced the question of popular housing in Brazil in different times: empresarial and rent building until 30ies, appearance of popular housings of IAPs between 40ies and 1964, and BNH housing politics between 1964 and 1986, when was founded Housing Companies that built "Cohabs". Several researches show that, because a cost restraint politics, the houses built had bad urbanistic and architectural quality. The Conjunto Habitacional Pres. Castelo Branco, seated in a ox field near of ancient slaughterhouse (of São Paulo) in Carapicuíba, was established between 1972 and 1986, with several problems, that dwellers tried to solve by unexpected occupation of collective and public spaces. At last, it is pointed the need of interview the dwellers to better understand the process of occupation, regarding geracional differences.

*Minha maloca, a mais linda que eu já vi
Hoje está legalizada, ninguém pode demolir
Minha maloca, a mais linda deste mundo
Ofereço aos vagabundos
Que não têm onde dormir
Adoniran Barbosa
Abrigo de Vagabundos, 1959*

Durante o curso universitário, os professores* e autores lidos ensinaram algumas das relevâncias da disciplina histórica para o bem-viver: deslindar as ideologias, ampliar o horizonte de mundo a partir do contato com experiências diversas, conhecer as permanências e transformações que resultaram na sociedade brasileira (e mundial) dos dias de hoje, reconfigurando o debate sobre os problemas existentes. Parece que essas legítimas funções podem ser sintetizadas na proposta da disciplina histórica em alterar o olhar (e os outros sentidos) do sujeito sobre a realidade, dando-lhe uma dimensão em profundidade no tempo, desnaturalizando-a. Espera-se, com essa transformação, que a relação do indivíduo consigo mesmo, com o mundo e com as pessoas ao seu entorno se altere para melhor, na medida em que a consciência histórica adquirida lhe permite perceber o caráter construído do mundo humano.

Há uma diferença entre estudar todas essas questões e senti-las na pulsação do próprio ser. O olhar sobre o lugar onde moramos desde a infância se alterou quando, incentivado por uma grande amiga, decidimos estudar sua história, cujas notas preliminares estão reunidas neste artigo. Ao lermos sobre o processo de construção e ocupação do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco (Cohab), em Carapicuíba, passamos a caminhar pelas ruas do bairro e olhar as fileiras infindáveis de edifícios de uma maneira diferente: o conjunto de prédios deixou de ser um mero dado da realidade, estando sempre ali quando íamos para a escola primária e retornávamos para o apartamento, quando saíamos pela manhã e voltávamos à noite do trabalho, ou quando tomávamos o ônibus rumo à Universidade. Além da degradação dos prédios em função das intempéries climáticas ou transformações realizadas pelos moradores, ou da sucessão de nascimentos e mortes dos velhos (pelas doenças) e dos jovens (pelas armas do tráfico), o bairro passou a ter outra dimensão temporal: pelo *fiat* da pesquisa se fez uma dimensão histórica.

* Mesmo não envolvido diretamente com esta pesquisa, agradeço ao meu orientador de mestrado Elias Thomé Saliba pela maestria na orientação da dissertação, sobretudo na ênfase dada a uma história crítica e sensível, que dê vida ao seu objeto.

Onde colocar toda essa turba?

Falar dos conjuntos habitacionais é falar de habitação popular.

Do ponto de vista da classe dirigente, tal problema foi inicialmente colocado quando a burguesia da primeira revolução industrial, em função do capital fixo em máquinas, da necessidade de manter próxima a mão-de-obra oriunda dos meios rurais, e da preocupação com sua própria manutenção (em termos de higiene e segurança), passou a pensar os problemas que assolavam as cidades que cresciam como cogumelos no século XIX, como Londres, Paris, Chicago, entre outras. (RIGHI & NOGUEIRA, 2003; MENEGHELLO, 2001). Apesar de na maioria das vezes serem deixados ao léu nos cortiços de condições subumanas, algumas propostas de socialistas utópicos como Fourier, Owen e Godin visavam criar moradias decentes para uma melhoria de vida dos operários, mantendo a ordem social nascente:

Todos os projetos de vida comunitária em função de uma empresa investem exatamente na capacidade produtiva de seu trabalhador e na capacidade de venda e manutenção da empresa. As comunidades operárias industriais aceitam a realidade da Revolução Industrial e buscam “humanizá-la” em termos de padrões de vida e de trabalho contrapostos aos horrores tão minuciosamente descritos da vida nas grandes cidades [inglesas]. (MENEGHELLO, 2001, p. 30)

No processo de industrialização e inchamento das cidades brasileiras, sobretudo em São Paulo, não foi diferente. No final do século XIX e início do XX, o grande contingente populacional, oriundo tanto da imigração europeia que não seguia para as fazendas do interior paulista quanto dos ex-escravos negros que delas partiam, contribuiu sobremaneira para o inchaço urbano da paulicéia do primeiro período republicano. Morando em habitações precárias como cortiços e favelas, a parte desse contingente que não ficou desempregada ou com o que chamaríamos hoje de emprego informal serviu de mão-de-obra barata às indústrias alimentícias e de vestuário que se multiplicaram a partir da diversificação dos capitais da cafeicultura ou de imigrantes mais abonados.

Visto que o poder público estava com os esforços voltados para o desenvolvimento da agricultura cafeicultora e tratava a questão social “como caso de polícia”, a primeira industrialização e os primeiros esforços em tratar da questão da moradia popular ficou a cargo do capital de particulares, em geral mais preocupados em maximizar seus lucros. O ícone mais expressivo dessa tentativa, até hoje arquitetonicamente presente em São Paulo, foi a constituição das Vilas Operárias, com casas alugadas¹ pelos patrões aos seus funcionários, que tinham

¹ Bonduki (2002) mostra que até meados da década de 1930 cerca de 80% das pessoas em São Paulo moravam de aluguel, sendo a propriedade do imóvel associado à riqueza. A partir de Getúlio Vargas, sobretudo com a lei do Inquilinato de

que deixá-la ao sair da empresa. Esses empreendimentos feitos por alguns industriais representavam uma tentativa de circunscrever a vida dos operários ao entorno da fábrica com a finalidade de manter controle total de sua vida, isolando-os do restante da cidade considerado anti-higiênico. Para tal, criou-se uma rede de equipamentos coletivos e comerciais que atendiam as necessidades operárias: creche, escola, armazém, farmácia, bar e restaurante, teatro, quadra de esporte, buscando-se através da gratidão reforçar os laços entre os patrões e os empregados, minimizando os riscos de convulsão social. Exemplos dessas habitações populares foram a Vila Maria Zélia, no Belenzinho, fundada por Jorge Street; a Vila Prudente, no Ipiranga, anexa à Falchi; e a Vila Crespi, na Mooca, entre outras (RAGO, 1987, pp. 176-187).

Outro modelo de habitação popular foram as Cidades-Jardim, proposto por arquitetos e higienistas brasileiros nos anos 1920 inspirados nos modelos urbanistas de E. Howard. Elas seriam uma síntese entre a cidade e o campo, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos operários, se bem que ainda objetivando inculcar-lhes valores burgueses de apreço pela privacidade, pela calma, higiene e trabalho, contraposta à habitação coletiva e “anti-higiênica” representada pelos cortiços (RIGHI & NOGUEIRA, 2003, p. 129; RAGO, 1987, p. 195-199).

Entre os anos 30 e 1964 a construção de conjuntos habitacionais tornou-se apanágio das associações proletárias, vinculada aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) das mais diversas categorias profissionais, como industriais, comerciários, ferroviários etc. Em substituição às Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs)², Getúlio Vargas, tentando atenuar os problemas de moradia urbana, regulamentou a extensão dos benefícios desse sistema previdenciário ao implantar as IAPs, as quais, além da assistência médica, pensões e aposentadoria, passou a cobrir financiamento de moradia para seus associados, e a atuar no mercado imobiliário. Formalmente contavam com a participação de dinheiro dos patrões, do Estado (que tornava, via Ministério do trabalho, obrigatória a adesão do empregado), e os operários, que contribuía com a maior parte do fundo, tendo em vista a sonegação empresarial e estatal. (TRIANA FILHO, 2006, p. 38-41; Bonduki, 2003).

Desde finais do XIX até meados dos anos 30, com exceção das vilas operárias, interessava à produção rentista (que fazia casas para aluguel) apenas a

1942, e com a difusão da ideologia da casa própria, passou-se a pensar em tornar as camadas de baixa renda proprietária de imóveis, o que passou a acontecer em loteamentos distantes do centro da cidade, muitas vezes sem a menor infraestrutura e apoio financeiro.

² Primeiramente regulamentadas em 1923, as CAPs eram anteriormente controladas exclusivamente por associações operárias (sobretudo de inspiração anarquista),

construção das moradias, sem preocupação com o entorno. Foi a partir do trabalho de arquitetos de inspiração modernista para os IAPs que surgiu no Brasil a idéia de conjuntos habitacionais, nos quais, junto aos edifícios, deveriam ser instalados centros comerciais, escolas, postos administrativos etc. (BONDUKI, 2003, p. 163). Exemplos da concepção moderna dos conjuntos IAPs foram a Vila Guiomar em Santo André (SP) e o conjunto da Gávea, no Rio de Janeiro.

Em 1946 foi criada a Fundação Casa Popular (FCP), objetivando proporcionar a aquisição ou construção de moradia própria para setores de baixa renda não contemplados pelas IAPs. A FCP era o primeiro órgão estatal nacional objetivando oferecer habitação popular para o povo em geral, num programa de erradicação de favelas (VILAÇA, p. 26), possuindo também competência para projetar, executar ou delegar obras nesse campo, assim como financiar projetos de empresas e municípios. Apesar da estrutura montada, parece que na prática o instituto não teve muito sucesso por problemas no retorno dos subsídios devido à inadimplência e na arrecadação de capital, deduzido principalmente das operações de compra e venda de imóveis. (TRIANA FILHO, 2006, p. 46-57)

A despeito da ineficiência, a estrutura e diretrizes políticas do FCP foi aproveitada pelo seu sucessor. Com o golpe militar de 64 a Fundação foi extinta, sendo criada em seu lugar o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), unificando e implementando políticas de financiamento para a habitação popular a nível federal, arrecadando recursos de 1% da folha de pagamento mensal das empresas de trabalhadores submetidos à CLT (a partir de 1966 cobertos pelo FGTS) e aplicando investimentos de poupança. Vilaça aponta as questões políticas imbricadas na criação do BNH ao citar o ponto de vista de Vasconcelos de Souza, que encaminhou o Plano Nacional de Habitação a Castelo Branco:

É preciso não abandonar a população favelada. Na realidade ela é muito maior do que se vê nas favelas, pois a elas se somam as casas de cômodos, as águas furtadas, os porões etc. Essa gente tem um poder aquisitivo mínimo, mas é gente. Para eles deverá ser mantido esse Fundo de Assistência Social previsto no texto de forma ampla... Se essa faixa de população não for atendida, o Plano ficará falho. Poderá ajudar a construção civil do país a se recuperar; poderá atuar brilhantemente na abertura de frentes de trabalho; poderá melhorar as empresas médias e pequenas de produção de material de construção e poderá dar destino melhor à capacidade de poupança dos mais bem aquinhoados. Mas, sem atender a faixa proletária (salário mínimo) terá fracassado no seu objetivo social. Os recursos do Plano serão fatalmente desviados apenas para os que suportarem os ônus da compensação inflacionária a ser instaurada. (SOUZA Apud Vilaça, p. 31)

Assim, além do mero objetivo de propiciar moradia para população de baixa renda, problema para o governo militar tendo em vista o déficit habitacio-

nal dos grandes centros (estimado em 8 milhões de moradias segundo TRIANA FILHO, 2006, p. 71), os investimentos do BNH visavam movimentar a economia pela criação de frentes de trabalho, aquecimento dos setores industriais ligados à construção civil e aplicação dos recursos da poupança. A diversificação do caráter financeiro que tomou o BNH, um dos maiores bancos brasileiros do período, atingiu o ápice na década de 70, quando o banco também atuou na área de desenvolvimento humano, financiando programas de saneamento dos municípios e estados, atendendo setores industriais, assim como apartamentos de classe média e alta (VILAÇA, p. 32-37). Tendo em vista as crises financeiras da década de 80, a inadimplência dos mutuários, a diminuição da arrecadação do FGTS e o aumento dos saques na caderneta de poupança, os fundos do BNH minguaram, levando à extinção do banco em 1986, que implementou um total 4,5 milhões de moradias (TRIANA FILHO, 2006, p. 74-78).

As COHABS³: a mãe e as filhas

Vilaça (p. 34) nos diz que 50 a 60% dos recursos de “interesse social” do BNH e do SFH foram utilizadas pelas Companhias de Habitação (COHABS) criadas nos mais diversos lugares do Brasil para financiar a construção de moradias populares. Apesar da proposta de serem voltados para as camadas de baixa renda, Vilaça, baseado em estudos sobre habitações populares, afirma que “a própria COHAB, que inicialmente pretendia financiar casas para faixas de renda inferior a três salários mínimos, logo desistiu disso e na verdade financia para faixas em torno de cinco salários mínimos a mais”.

Em São Paulo, a Companhia Metropolitana de Habitação “foi criada pela lei n.º 6.738, de 16 de novembro de 1965, como uma sociedade anônima de economia mista, cuja principal acionária é a Prefeitura do Município de São Paulo, que detém 99% das ações preferenciais”, tendo por missão “garantir acesso à moradia para a população de menor renda, desenvolvendo programas habitacionais e promovendo a construção de novas unidades”, abrangendo o município e sua região metropolitana (COHAB, 2008, organização). Apesar da ampla possibilidade de atuação, sua atividade até hoje está associada à construção dos conjuntos habitacionais (Cohabs) para população de baixa renda:

O Estado, atuando como promotor imobiliário, aproxima o mercado de moradias de suas demandas nas favelas e cortiços, subsidiando a produção. Viabiliza a compra de terrenos, administra a construção, cobre parte dos custos. Com isso, coloca mais um elemento na paisagem da periferia: os conjuntos de habitação social. (NOGUEIRA, 2003, v. 1, p. 7)

³ Neste artigo, utilizamos COHAB para se referir à companhia e Cohab para se referir ao conjunto habitacional por ela implantado.

A partir de 1967, com recursos do BNH, foram construídos inúmeros conjuntos habitacionais na região metropolitana de São Paulo pela COHAB, sendo o período de maior investimento entre 1975 e 1986⁴. Os conjuntos criados nesse período foram:

Tabela 1: Inauguração de Conjuntos Habitacionais pela COHAB (1967-87)

Inauguração	Conjunto Habitacional	Localização
1967	Capitão PM Alberto Mendes	Zona Leste
1968	Mascarenhas de Moraes Parque Ipê	Zona Leste Zona Leste
1970	Brigadeiro Haroldo Veloso	Guarulhos
1972	Jardim Educandário Pres. Castelo Branco	Zona Oeste Carapicuíba
1975	Pref. Prestes Maia	Zona Leste
1976	Bororé	Zona Sul
1978	Pe. Manoel da Nóbrega (Itaquera I-B) Pe. José de Anchieta (Itaquera I-A) Pe. Manoel de Paiva (Itaquera I-C)	Zona Leste Zona Leste Zona Leste
1980	José Bonifácio (Itaquera II/III) Vila Maria (I/II/III)	Zona Leste Zona Leste
1981	Fernão Dias Elísio Teixeira Leite	Zona Norte Zona Norte
1982	Estrada da Parada Pêssego Rio Claro São Luís Teotônio Vilela	Zona Norte Zona Leste Zona Leste Zona Sul Zona Leste
1983	Pres. Juscelino Kubitscheck Raposo Tavares Sítio dos Franças	Zona Leste Zona Oeste Zona Leste
1985	Barro Branco II Itapevi Barro Branco I (Castro Alves)	Zona Leste Itapevi Zona Leste
1986	N. S. da Penha Vila Nova Cachoeirinha Itaim Paulista	Zona Norte Zona Norte Zona Leste
1987	Inácio Monteiro	Zona Leste

⁴ A partir de 87 foi criada a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo, que concorreu com a Cohab na construção de habitações populares nota

	Jardim Antártica	Zona Norte
	Jardim Nazaré Paulista	Zona Leste

Fonte: Site da COHAB, link história -

http://www6.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/cohab/organizacao/0003

Aída Nogueira aponta que a atuação da Companhia no seu auge “se caracterizou pelos empreendimentos de grande porte e por experiências na utilização de métodos construtivos racionalizados”, pois nos conjuntos projetados “buscava-se aproximar os custos da construção de moradias ao perfil da renda de sua demanda, dentro de um determinado padrão de lucro a ser auferido pelas empresas construtoras” (NOGUEIRA, 2003, v. 1, p. 179 e 180). A autora aponta alguns problemas gerados por essas diretrizes, reflexo do descaso com o bem-estar dos moradores em detrimento da maximização dos ganhos empresariais.

O primeiro deles diz respeito à aquisição de terras para a construção dos conjuntos. A despeito das indicações técnicas, e em função da política do BNH impor aos agentes promotores que as terras deveriam ser adquiridas pelo menor preço possível,

a COHAB fez um estoque de terras de péssima qualidade, comprando grandes glebas em áreas periféricas, em boa parte situadas em zonas rurais, em áreas de preservação ambiental, e que, por essas características, não eram as mais adequadas para a implantação dos conjuntos. Das áreas compradas, 70% não seriam aproveitáveis para uso habitacional se considerados os seus condicionantes ambientais (NOGUEIRA, 2003, v. 1, p. 180).

Isto significou que “o estoque de terras da COHAB compunha-se em grande parte de terrenos de topografia acidentada, diante dos quais a solução apontada era invariavelmente uma extensa terraplanagem”, a qual, por não respeitar a topografia do terreno, causou problemas de erosão (NOGUEIRA, 2003, p. 181).

A implantação das edificações nesses terrenos segue o critério de simples distribuição de blocos e casas segundo a orientação norte-sul, reduzida a mero critério formal de disposição. Assim, as preocupações paisagísticas e urbanísticas são reduzidas à mera ocupação:

A ‘unidade urbana’ proposta (...) é amorfa, sem identidade, onde os edifícios (terreos mais quatro pavimentos) são dispostos unicamente conforme os critérios de insolação (fachadas leste-oeste) sem que a ele se somem os desenhos de quadra, definição precisa de áreas coletivas e públicas, os de topografia, de paisagem ou de configuração de rua (...) o resultado é caótico e as áreas de destinação coletiva são, visivelmente, ‘sobras’ das diferenças de angulação dos edifícios em relação às ruas, têm perímetro disforme e são de difícil apropriação. (RUBANO *apud* NOGUEIRA, 2003, v. 1, p. 185)

Com relação à construção, eram desenvolvidos projetos-tipo de blocos de apartamentos, como uma estrutura espacial simplificada, que tinha as seguintes funções: organizar o espaço da futura moradia, orientar a empreiteira no momento da construção e relacionar o espaço construído com o custo de produção (partindo de fórmulas – sala, cozinha, dois quartos, banheiro, área de serviço). Mais uma vez, “o que chama a atenção nessa forma de projetar da COHAB é que esses aspectos quantitativos organizacionais eram absolutamente preponderantes sobre os que se relacionavam com a qualidade do espaço de moradia, que viria a se constituir o espaço concreto da vida de seus futuros habitantes”, tornando-se mais “um instrumento de garantia da construtibilidade da obra e da lucratividade do empreendimento” (NOGUEIRA, 2003, p. 188 e 187).

A mesma finalidade se aplicava aos processos construtivos. Os investimentos feitos a partir de 1975 pela COHAB e pelo BNH em novos processos visando obter vantagens de custo e prazo levou-os a convocar várias empresas para apresentar propostas, e nos quais foram testados vários sistemas construtivos, sendo os mais utilizados o de alvenaria estrutural e o de formas metálicas deslizantes Outnord. Para Carolina M. P. de Castro, nas palavras de Nogueira, “embora oficialmente a política habitacional do BNH pretendesse aumentar a eficiência e a produtividade viabilizando uma produção em massa, as mudanças técnicas construtivas introduzidas não reverteram em um aumento na qualidade de habitação, e sim foram canalizadas para as empresas sob a forma de lucro” (NOGUEIRA, 2003, v. 1, p. 191).

As considerações acima podem ser sintetizadas, do ponto de vista paisagístico, na fala de Righi & Nogueira:

O BNH, criado em 1964, visava diminuir o déficit habitacional do país e criar uma alternativa para o financiamento da habitação, principalmente para a população de baixa renda. No entanto, com o tempo, houve uma piora da qualidade nos projetos de arquitetura, urbanismo e habitação popular. Os conjuntos habitacionais produzidos passaram a ser bem inferiores aos projetados pelos IAP's. O projeto deixou de ser valorizado, passando a existir uma arquitetura repetitiva e monótona, com espaços degradantes e sem respeito pelo usuário, pelo ambiente construído e desvinculado do meio urbano envolvente. Isto contribuiu para a piora da já degradada paisagem das cidades. As propostas preocupavam-se mais com a densidade habitacional. Procurava-se reduzir ao máximo o custo da habitação, atendendo pior uma população cada vez mais empobrecida. Essa redução de qualidade em favor da quantidade resultou em moradias cada vez menores, mais precárias e mais distantes. (RIGHI & NOGUEIRA, 2003, p. 134)

O conjunto habitacional de Carapicuíba foi um dos produtos, e talvez o ícone, dessa política habitacional.

Do campo apinhado de bois aos prédios repletos de gente

Carapicuíba, até os anos 70 era uma área eminentemente rural, com chácaras que produzia alimentos para abastecer a capital. Os três núcleos iniciais de povoamento foram a secular Aldeia, o centro de Carapicuíba e o matadouro do Km 21. Toda a região, a antiga Fazenda Carapicuíba e o Sítio Quitaúna⁵, pertenciam a Delfino Cerqueira, que as adquiriu em 1903. (TENÓRIO, 2003, p. 194).

Dentre os inúmeros negócios de Delfino, estava a atividade de marchante, possuindo, por volta de 1918, 15.000 cabeças engordando nas invernadas de Conchas e Barretos, sendo nesta onde se localizava os principais campos de engorda de gado que chegava a São Paulo na primeira metade do século. Quando trazido para São Paulo, o gado de Delfino era abatido ou no Matadouro Municipal da Vila Clementino (pertencente ao distrito da Vila Mariana) ou no Matadouro Wilson, localizado em Presidente Altino (divisa de Osasco e São Paulo), pertencente ao grupo americano de mesmo nome, um dos maiores fornecedores de carne para a região metropolitana. Em 1920-21, Delfino Cerqueira estabeleceu à margem da E.F. Sorocabana, na época próximo à divisa entre os municípios Santana do Parnaíba e São Paulo, um pequeno matadouro de bovinos e outro de suínos, respectivamente à direita e à esquerda da ferrovia, para abater seu próprio gado e abastecer a população paulistana (BENITES, 1978, p. 23).

Por conta do estabelecimento do matadouro, cerca de dois quilômetros adiante foi construído em 1921 um desembarcadouro de gados junto à ferrovia, visto que os trens da Sorocabana só paravam nas estações de Osasco (na época distrito de São Paulo) e Barueri (então pertencente a Santana do Parnaíba)⁶. Daí seguiam em descanso de 15 por 15 em nove currais localizados nos morros entre o desembarcadouro e o ribeirão Carapicuíba que compunham o Sítio da Fazenda Velha, popularmente conhecida como Campo da Boiada, de onde seguiam para abate. (TENÓRIO, 2003, p. 91 e 132-134)

Com o fechamento do Matadouro Municipal da Vila Clementino em 1927, o abate de gado dos marchantes passou a ser feito junto aos grandes frigoríficos estrangeiros como Wilson, Armour e Swift, pois a Prefeitura de São Paulo praticamente abandonou os marchantes sem um lugar para abate. Em 1938 uma lei municipal restabelecia os serviços municipais de matança de gado utilizando o matadouro de Delfino Cerqueira, que se tornou o Matadouro Municipal. No ano seguinte, 1939, a prefeitura instituiu cotas de entradas de carne no entreposto municipal (tendal único), estabelecendo que 60% da carne viesse do Mata-

⁵ O Sítio Quitaúna, no séc. XVII pertencente a Raposo Tavares, foi vendido por Delfino ao exército em 1922, para a construção do quartel.

⁶ Em 1926 foi construída a estação Sylviania, próxima ao loteamento homônimo estabelecido por Delfino Cerqueira, em homenagem a Sílvio de Campos, o irmão do presidente da Província de São Paulo Carlos de Campos. (TENÓRIO, 2003, p. 71 e 93)

douro Municipal, o que deve ter feito com que, em 1943, 44, 38% da carne consumida em São Paulo fosse proveniente de Carapicuíba (BENITES, 1978, p. 116-117).

Talvez seja dessa época a imagem dos campos repletos de bois pela região, tendo em vista que no matadouro chegavam a ser abatidas 2500 cabeças por dia, que entravam nos currais vindo da estação por uma ponte sobre o antigo córrego da Pedreira. Paulo Tenório, tendo recolhido depoimentos sobre a localidade, nos diz que muitos boiadeiros morreram nessas terras atacados por bois bravos, sendo comum encontrar cruzeiros em devoção à alma do falecido, assim como aponta a dificuldade, por conta da boiada, de se atravessar a divisa entre Osasco e Carapicuíba à noite. (TENÓRIO, 2003, p. 132-134)

A partir de final dos anos 50 e década de 60, Benites aponta que a localização de frigoríficos na Região metropolitana de São Paulo começa a se tornar anti-econômica, fazendo com que grandes empresas estrangeiras encerrassem suas atividades e/ou passassem suas atividades para os grupos nacionais (BENITES, 1978, p. 168 e ss). Nessa época o frigorífico de Carapicuíba deve ter sido desativado (ainda não temos a data precisa), seu edifício permanecendo abandonado por muitos anos, transformando-se num cortiço em extensão à favela que ficava próxima ao lixão, e demolido para a construção do Rodoanel (ALMEIDA, 2005 *Apud* Estações Ferroviárias, acessado em 22/02/2008, link <http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/galmigcosta.htm>).

Talvez por conta disso Delfino Cerqueira, com a desativação do matadouro, tenha feito um comodato de 100 anos com a Prefeitura de São Paulo, para a construção de conjuntos habitacionais no Campo da Boiada. Mas com o falecimento de Delfino Cerqueira e de seu filho Aparício Cerqueira, e a não manifestação da família, o Governo do Estado assumiu a posse da área, na década de 1960 (TENÓRIO, 2003, p. 187). Assim, mesmo com a emancipação de Carapicuíba em 1965⁷, a área estava bastante vinculada a São Paulo, sendo que alguns terrenos ainda hoje pertencem à COHAB-SP.

A implantação dos edifícios (casas e apartamentos), no conjunto habitacional de Carapicuíba pela COHAB iniciou-se em 1972 e terminou em 1986, não sendo realizada de uma só vez. A construção foi feita por oito construtoras segundo 9 tipologias construtivas diferentes, como levantou a equipe de Orsstein:

⁷ Entre 1948 e 1965 a região onde é o centro de Carapicuíba pertenceu a Barueri, a Aldeia pertenceu à Cotia e o Campo da Boiada e o matadouro pertenciam a São Paulo. Com a emancipação em 1965, a Aldeia foi incorporada, e a região que pertencia a São Paulo foi disputada com Osasco, mas Carapicuíba acabou ficando com a área. (TENÓRIO, 2003, p. 194)

Tabela 2 – Ano de Construção e tipologias dos edifícios

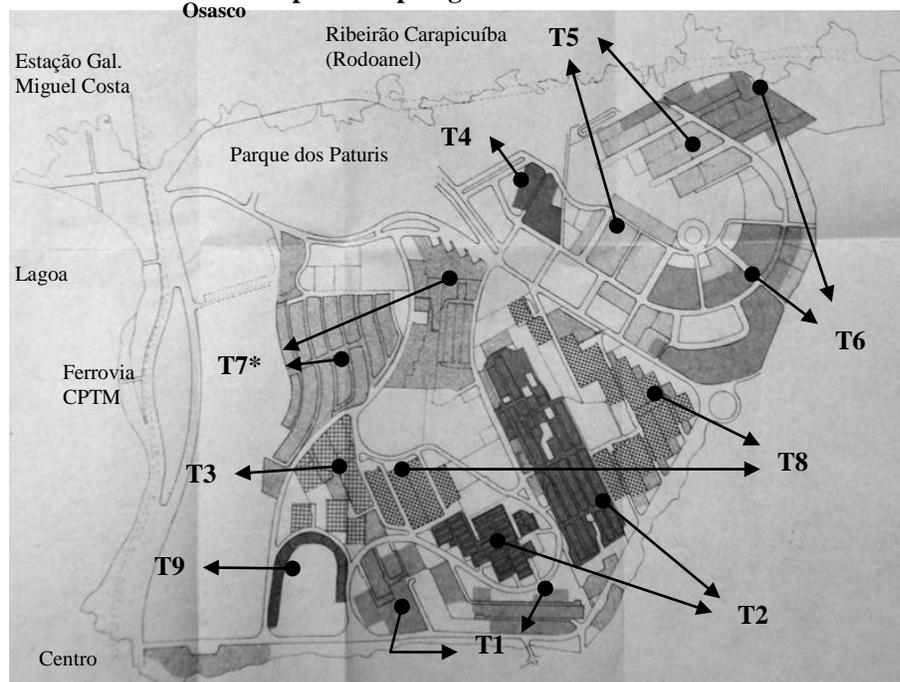
Ano de Implantação – Ocupação	Tipologia	Código
1972 – 1972	Concreto Moldado in Loco com Alvenaria de Tijolo Maciço (selecionado)	T1
1976 – 1977	Residências Térreas e Sobrados (Alvenaria Armada com Blocos de Concreto)	T2
1976/77 – 1977/78	Painéis pré-moldados de concreto	T8
1978 – 1978/79	Forma Túnel Longitudinal	T3
1980/81 – 1980/81	Alvenaria Estrutural com blocos Sílico Calcáreo (selecionado)	T7
1981 – 1981*	Concreto moldado in Loco com painéis pré-moldados de gesso, cimento, agregados e aditivos	T9
1983/84 – 1983**	Alvenaria Armada com blocos de Concreto (selecionado)	T5
1983/84 – 1983**	Forma túnel transversal (selecionado)	T6
1986 – 1988***	Forma Itapuã (metálica)	T4

Fonte: Ornstein, 1992, v. 1, p. 1-53 a 1-73

* Edifícios Evacuados em 1987 e implodidos em 1991

** Parte dos edifícios foram comercializados antes do término das obras

*** Ocupados pelos moradores dos prédios implodidos.

Mapa 1 – Tipologia dos edifícios no terreno

Fonte: Ornstein, 1992, v. 1, Anexo 1. Obs: Ver fotos dos prédios no final deste trabalho.

* Alguns prédios T7 também foram construídos na frente da Av. Integração, Av. Perimetral Sudoeste, e no início e fim da Av. Brasil (lado direito).

Distante cerca de 24 quilômetros do centro de São Paulo (a oeste), o conjunto ocupa uma área total de 2.500.000 m² na qual foram construídos 357 edifícios com 13.366 apartamentos e 864 casas térreas/sobrados (vendidos a prestações aos moradores), aos quais se acrescentaram com o tempo equipamentos sociais como escolas e postos de saúde, além das áreas livres (ORNSTEIN, 1992, v. 1, p. 1-20)⁸.

Quanto à localização, buscou-se um relacionamento íntimo com o município de Osasco. Conforme nos dizem os técnicos da COHAB, antes mesmo do início da implantação do conjunto, o projeto visa “promover cultural e soci-

⁸ Há diferença com os dados do site da Cohab: 2.450.356 m², 13.504 apartamentos e 856 casas. Acessado em 22/02/2008 e disponível no site http://www6.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/cohab/conjuntos_habitacionais/carapicuiaba/0001.

almente as populações de baixa renda, dando-lhes melhores condições de vida e melhores oportunidades de trabalho”, que se efetivariam pela situação estratégica na Região Metropolitana:

Situa-se no Município de Carapicuíba, próximo à divisa do Município de Osasco, tendo como principal via de comunicação com São Paulo, a estrada São Paulo-Itú, e em futuro próximo ligar-se-á com a auto estrada do Oeste⁹ através de uma das vias de integração previstas para o Plano Diretor de Osasco. / Dispõe, também, da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e da Estrada de Ferro Sorocabana permitindo, esta última, rápida ligação com os centros industriais mais próximos, em especial Osasco, que deverá funcionar como principal mercado de trabalho. (COHAB, 1968, p. 34)

Pelo que nos informa a citação, os técnicos tinham plena clareza do papel ocupado pelo conjunto na região: funcionar como cidade dormitório, sendo que sua população deveria suprir a demanda de mão-de-obra dos municípios de São Paulo e, sobretudo, Osasco, cuja industrialização ocorre a partir dos anos 50 e atinge o ápice nos anos 70 e 80. O sociólogo Caio Fábio Motta, que estudou o conjunto dois anos depois de sua construção e ocupação inicial, observou que “Carapicuíba apresenta uso quase exclusivamente residencial o que demonstra seu caráter de ‘subúrbio dormitório’.” (MOTTA, 1975, p. 145), afirmação que pode ser estendida à cohab nos seus primeiros anos, ligada ao centro de Carapicuíba para ter acesso às mais próximas regiões industrializadas da metrópole

Apesar de ser o primeiro projeto de construção de conjuntos habitacionais em larga escala implantado pela COHAB a partir de 1975, quando a atuação da companhia se tornou mais intensa, a Cohab de Carapicuíba, além de ter sido um verdadeiro laboratório de testes de processos construtivos (como revelam as inúmeras tipologias de prédios), têm os mesmos problemas gerados pela política de contenção de custos imposta pelo BNH.

De fato, “a análise da distribuição interna dos apartamentos nesse projeto revela o pouco cuidado com a questão do ambiente interno e externo às moradias”, evidenciando que “aqui o mínimo é nitidamente econômico, e pior, não é um econômico que tenha alguma racionalidade social, ou espacial. A racionalidade é outra” (NOGUEIRA, 2003, p. 188 e 189)¹⁰. Tal racionalidade chegou ao

⁹ Referência à atual Rodovia Castelo Branco, instalada em 1970.

¹⁰ A despeito da possibilidade de os moradores intervirem no apartamento, reconfigurando a estrutura original, dividindo cômodos, a autora aponta alguns problemas “incompreensíveis”: “Por exemplo, não havia janela na cozinha, assim se fosse feita uma divisória separando-a da sala, a cozinha ficaria sem ventilação. No banheiro, não havia espaço suficiente para o vaso sanitário e chuveiro, ficando este último sobre o primeiro. A cozinha era menor do que a área de serviço. Nota-se também que existia uma modulação de estruturas dos pilares condicionando os espaços internos.” (NO-

ápice nos prédios T9, que revelaram riscos de moradia apenas seis anos após sua construção, sendo então evacuados e implodidos.

Além do espaço interno, parece que a preocupação urbanística esteve ausente no projeto da Cohab-Carapicuíba. Por exemplo, seguindo o padrão de aquisição do terreno, a área na qual foi implantada é composta por morros, nos quais foram utilizados terraplanagem. Alguns dos edifícios implantados em 1972 tiveram problemas por conta da erosão.

Além disso, não foram pensados com cuidado a vegetação, incipiente no local, e o uso de áreas livres:

O que não é edifício é espaço público. A busca da repetição, do paralelismo e mesmo afastamento deixa claro que, enquanto for possível, implantam-se os edifícios subjugando os espaços abertos ao azar do que restou como área onde não é possível reproduzir a mesma forma de implantação residencial. Percebe-se que estes espaços, longe de serem propostos como espaços instrumentais no uso das horas de lazer ou simplesmente de encontros casuais, transformam-se em resíduos da rigidez da solução adotada para o edifício residencial. O edifício é desenhado. O espaço livre não. (RIGATTI, 1995, p. 163)

Além disso, a equipe de Ornstein constatou uma deficiência no modo de implantação de equipamentos comerciais:

A priorização do uso habitacional neste megaconjunto fez com que os moradores ficassem segregados em relação às necessidades complementares de abastecimento no dia-a-dia. Foram previstos poucos centros comerciais, muitas vezes distantes de alguns setores habitacionais, o que implicaria, por exemplo, a utilização de transporte coletivo ou de veículos autônomos para se chegar àqueles (ORNSTEIN, 1992, v. 1, p. 1-33).

Apesar de a COHAB ter procurado corrigir tais deficiências em projetos posteriores, partindo das reclamações dos moradores do conjunto de Carapicuíba feitas a assistentes sociais que lá trabalhavam (NOGUEIRA, 2003, p. 189), tais erros seguiam uma diretriz política de contenção de custos e adequação da mo-

GUEIRA, 2003, p. 188-189). Os moradores e técnicos da equipe de Ornstein também detectaram vários problemas: “58,1% dos banheiros não têm aberturas para o exterior do prédio e foram considerados péssimos; 86,6% das cozinhas são consideradas ruins em relação à insolação, 12,6% são péssimas e só 0,8% são consideradas boas. Dos dormitórios, 58,4% têm insolação excessiva no verão, embora sejam frios no inverno; 85,6% das áreas de serviço foram consideradas ruins; cerca de 84,7% das cozinhas são voltadas para o pátio interno, que não recebe luz do sol”, além de uma perda de área útil que oscila entre 1,51 e 14,93 m², dependendo do tipo de apartamento e do número de habitantes (em torno de 4). (KNAPP, 1992, p. 10)

radia em função da renda do morador. As implicações das práticas apontadas acima permearam e permeiam até hoje a vida dos moradores. Todavia, estes imprimiram uma marca própria nessa estrutura.

Tornando a Cohab mais habitável e mais individual

A construção precária, voltada ao lucro do ramo da construção civil e da indústria de materiais, tornou mais do que necessária a intervenção dos moradores no espaço interno dos apartamentos e no ambiente em torno dos prédios.

No interior dos apartamentos, com a possibilidade aberta de intervenção, cerca de 75% dos moradores reformaram suas moradias, principalmente dividindo cômodos (sala e cozinha contíguas ou transformando a sala em quarto), trocando portas e janelas (cujos caixilhos se mostraram frágeis), substituindo a bandeira de madeira da porta por uma de alvenaria ou concreto, entre outras (KNAPP, 1992, p. 10; detalhes em ORNSTEIN, 1992, 6 v.).

Mas as transformações que mais chamaram a atenção da equipe da Avaliação Pós-Ocupação foram realizadas nos espaços exteriores. No projeto da COHAB, os condomínios seriam compostos de três prédios, e haveria bolsões de estacionamento distribuídos pelo conjunto habitacional, além das áreas livres destinadas ao estabelecimento de comércio ou equipamentos sociais como igrejas e centros comunitários (ORNSTEIN, 1992, v. 4, p. 10-11).

O que viram os técnicos? Uma parte dos edifícios sendo murada, o que os transformou em “condomínio”, gerindo unicamente a si mesmos. No interior deste espaço, foi iniciada a construção de garagens de alvenaria por iniciativa dos próprios moradores, de acordo com sua possibilidade. Servem não apenas para guardar carros, mas também para depósito de objetos, habitação (tornando-se cômodos se forem contíguas aos apartamentos) e, quando os moradores têm recursos, transformam-se em estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços. Hoje em dia o processo de individualização se acentuou mais, fazendo com que em vários condomínios fossem implantados sistemas de leitura individual da água, tendo em vista a insatisfação com o uso coletivo da mesma. Tal processo é análogo ao que se vê no “desmonte” da proposta arquitetônica nos IAPs, pois neles também os equipamentos coletivos foram individualizados ou deixaram de existir, como o fechamento dos pilotis para o estabelecimento de garagens individuais (BONDUKI, 2003, p. 318).

Mas, como bem aponta Décio Rigatti, “em Carapicuíba a individualidade está submetida a uma concepção de sociabilidade que impõe certas regras comuns a todos os membros do conjunto” pois tal processo de privatização, longe de se dar por mera ocupação que ocorre de forma isolada e particular, “obedece um acordo mais ou menos formalizado entre os vizinhos e são sempre socializados – mesmo quando de uso privativo, todos têm as mesmas oportuni-

dades. A privatização, aqui, têm um sentido diferente ao individualizado, é um privado-coletivo” (RIGATTI, 1995, p. 192).

Além das modificações no prédio, a necessidade de prover a região de serviços e produtos diversos levou vários moradores a servir os vizinhos seja nas vias (vendedores ambulantes ou parados nas calçadas), nos próprios apartamentos (diminuindo sua área útil) e sobretudo nas garagens, construídas não apenas nas áreas condominiais mas também em áreas livres pertencentes à prefeitura e à COHAB, ilicitamente ocupando-as. Tal processo se mostrou tão intenso que, mesmo não estando entre os objetivos iniciais da Avaliação Pós-Ocupação coordenada por Ornstein, foi decidido que seria levado em conta. Concluíram que cerca de 55% da gleba total do conjunto, destinada inicialmente a centros comerciais, escolas, recreação e lazer, era ocupada de forma irregular por favelas, inúmeras garagens, algumas das quais abrigam, junto com barracas, pequenos comércios ao longo das vias, bastante relevantes na vida dos moradores:

a proliferação desses comércios/serviços irregulares que atendem de modo precário, e com ônus adicionais, às populações dos setores habitacionais mais distantes, criando-se, assim, espontaneamente, pontos de encontro que se constituem nos micropolos comerciais dos moradores mais próximos, os quais com eles se identificam. A formalização de pequenos núcleos descentralizados de prestação de serviços geridos pela própria comunidade e implantado em inúmeros bolsões [de estacionamento] e/ou áreas institucionais livres indevidamente ocupadas, pode otimizar a qualidade de vida no conjunto (ORNSTEIN, 1992, v. 1, p. 1-33).

Esta intensa dinâmica de ocupação de áreas públicas parece ser compatível com a necessidade dos moradores serem atendidos por comércio e serviços locais ou de vizinhança (como padarias, empórios, bares e outras atividades) dentro de um raio de atendimento máximo de 500 metros (ORNSTEIN, 1992, v. 1, p. 1-26)

Tais garagens, com o tempo, sobrepujaram em atividades os nove centros comerciais estabelecidos pela COHAB, e evidenciam “a capacidade da população de gerar seus micropolos de abastecimento em concordância com as suas reais necessidades” (ORNSTEIN, 1992, v. 1, p. 1-27). Por conta disso, os motivos do surgimento ainda merece um estudo aprofundado. Ornstein pensa que isso ocorre mais intensivamente em períodos de crise econômica. Nós, paralelamente, levantamos a hipótese de que o comércio nas garagens seja oriundo dos reflexos no país da nova dinâmica econômica global pós-1970.

A partir de finais da década de 70 a tendência econômica e política mundial é de substituição do modelo fordista de produção e de desmonte do estado de bem-estar social (Welfare State). O novo modelo emergente tem como catalizador principal a terceira revolução industrial ou revolução da microeletrô-

nica, responsáveis por uma mudança qualitativa nas tecnologias empregadas na produção, cuja expressão mais marcante é a automação. Esse processo tecnológico é acompanhado por uma opção política, o neoliberalismo, caracterizado por um estado mínimo que atua de modo contido e pontual, objetivando mormente garantir a “lógica do mercado”. Inicialmente formulado nos países mais ricos, expandiu-se por todo o mundo, atingindo o Brasil a partir de 1992. Ricardo Antunes (2004, pp. 336-342) aponta os principais reflexos desse movimento no mundo do trabalho: 1) redução do proletariado industrial tradicional (estável); 2) aumento do trabalho fabril precarizado; 3) aumento do trabalho feminino; 4) aumento dos assalariados no setor de serviços; 5) exclusão dos jovens; 6) exclusão dos “idosos”; 7) expansão do terceiro setor; 8) expansão do trabalho em domicílio; 9) transnacionalização do trabalho.

Notamos que na região das Cohabs houve uma mudança significativa que reflete alguns dos processos acima, já constatados pela equipe de Ornstein, mas intensificados desde então: de uma região eminentemente residencial, caracterizada como bairro-dormitório para trabalhadores fabris ou de serviços em Osasco, São Paulo e Barueri, houve um significativo aumento no comércio local e no setor de serviços, sobretudo com o estabelecimento de hipermercados próximos à Cohab (Extra, Atacadão, Roldão).

Internamente ao conjunto, como vimos, as pessoas passaram a utilizar as garagens de seus prédios para abrir pequenas vendas e mercearias. Com a abertura do mercado brasileiro a produtos estrangeiros em 1992, aliada ao barateamento dos produtos pelo desenvolvimento tecnológico, nos últimos anos tem havido uma diversificação e especialização das atividades prestadas e bens comercializados, que, além dos tradicionais bares, mercearias, bancas de jornal e locadoras de vídeo, passaram a incluir locadoras de jogos eletrônicos, farmácias, açougues, sapatarias, lojas de conveniência, cabeleireiros, manicures e pedicures, imobiliárias, casas de material de construção, bares, restaurantes, fliperamas, pizzarias, pastelarias, peixarias, gráficas, loja de roupa, lojas de fraudas, mercearias, lojas de produtos de limpeza, fotólicas, confeitarias, pet shops, padarias, mecânicas, financeiras de empréstimo etc. O surgimento de comércio segue as necessidades do momento (e o que der lucro). Em meados dos anos 90 foram abertas muitas locadoras de filmes. Depois foi a vez das pizzarias. Atualmente, abrem-se muitas *lan-houses* que disponibilizam acesso à internet, jogos, impressão de currículos e manutenção em computador, fazendo com que a região acompanhe as tendências globais de expansão de equipamentos de informática.

Os donos desses estabelecimentos são muitas vezes pessoas desempregadas que utilizaram seu FGTS para tentar montar um negócio próprio, ou pediram empréstimo. Além dos donos e sua família, curiosamente a maioria das pessoas empregadas nesses lugares são idosos e adolescentes, em geral mulheres, quase na totalidade sem carteira assinada. É uma forma de trabalho informal.

Acreditamos ser isso um reflexo do processo de exclusão do mercado formal de trabalho por pessoas não adequadas ao perfil (idosos e jovens) e/ou sem qualificação para tal, pois a maioria dos jovens da Cohab, ainda hoje, saem da escola sem uma profissão definida.

Da ocupação às vivências

Até aqui, procuramos pontuar os condicionantes históricos que possibilitaram o estabelecimento da Cohab de Carapicuíba: a Revolução Industrial inglesa e a questão do inchamento das cidades, com precarização da vida operária gerando iniciativas habitacionais dos socialistas utópicos; quando o problema passa a atingir o Brasil e São Paulo em fins do XIX e início do XX, levando ao estabelecimento de vilas operárias pelos empresários ou a produção voltada para aluguel; quando a questão atinge o âmbito estatal, inicialmente nos anos 40 e 60 pela construção de moradias pelos IAPs, quando surge a idéia de conjuntos habitacionais, mas depois, a partir de 64, com a iniciativa da COHAB com recursos do BNH. Então se priorizou construir conjuntos de baixa qualidade habitacional e urbanística com o objetivo de reduzir os custos, tendo em vista que eram destinadas a uma população de baixa renda, seguindo a tendência secular da produção rentista do início do século. Essa ausência de política pública em Carapicuíba, um antigo campo de bois próximo ao Matadouro Municipal, levou, com o tempo, à ocupação dos terrenos condominiais e coletivos pelos próprios moradores, os quais estabeleceram comércio em garagens tendo em vista o abastecimento local, mas que acentuou tendências individualistas no conjunto habitacional.

Diante disso, é importante nos questionarmos como as pessoas, moradores e donos de garagens, encaram a história, a sua própria e a do lugar. Alguns trabalhos, como o de Nogueira (2003) e o de Damiani (1993), com foco nas Cohabs da zona leste de São Paulo, buscaram recuperar o ponto de vista dos sujeitos envolvidos, analisando-a sob a ótica arquitetônica ou geográfica. Com relação a Carapicuíba, o trabalho de Motta (1975) e o detalhado relatório de Ornstein (1992) são tentativas de apreender o nível de satisfação dos moradores. Mas ainda falta um estudo que leve em conta a perspectiva e os métodos da história (sobretudo História Oral) na constituição da história do lugar e dos seus habitantes, buscando apreender as sensibilidades e experiências envolvidas.

Uma das inúmeras diretrizes de trabalho pode ser o estudo das sucessivas gerações, pista apontada por Motta: “enquanto que para o chefe de família o conjunto é um mero ‘dormitório’, para as mulheres e crianças, este tende a ser o local onde se concentram suas atividades” (MOTTA, 1975, p. 58). Esta posição precisa ser matizada, tende em vista não apenas a mudança geracional ou as alterações das relações de gênero, mas porque os próprios moradores, que ainda

estão vivos, podem dizer a relação que estabeleciam com o lugar, mesmo que não passassem boa parte do tempo na Cohab.

Logo, nos perguntamos: será que existe alguma diferença entre o olhar daqueles que, tendo deixado suas antigas terras ou casas, encontraram na Cohab de Carapicuíba um lugar onde se estabelecer, numa vida de transumância entre o trabalho e o apartamento ou de dedicação ao cuidado com os filhos; e aqueles que, tendo nascido e crescido em meio aos prédios, transformou por anos a fio a Cohab no seu “mundo”? E no meio destes, haveria diferença entre a geração dos anos 70 e 80, para a qual a precariedade dos transportes públicos e dos meios de comunicação (sendo a televisão e o rádio as poucas janelas para fora da cidade), tornava a Cohab o seu único mundo; com aquela crescida a partir de meados dos anos 90 na qual a expansão dos transportes e surgimento da internet conectam o bairro ao resto da região metropolitana e do planeta?

São perguntas que apenas as entrevistas com os moradores podem responder, estabelecendo sua relação com o que já foi (e talvez na visão de muitos ainda seja) as “malocas mulprediais” que constituem o conjunto habitacional de Carapicuíba. Aqui talvez Adoniran Barbosa possa lançar luzes ao fenômeno: se o conceito de periferia talvez tenha pertinência se considerado a disposição espacial dos equipamentos públicos e comerciais na cidade, tendo em vista atender as classes de alta renda (como mostra VILAÇA), do ponto de vista da subjetividade dos agentes a reificação da “periferia” pode ser perigosa por desqualificar a experiência de inúmeras pessoas que, a despeito das inúmeras dificuldades em função de desigualdades sociais e desconsideração do poder público, podem considerar a sua “maloca, a mais linda deste mundo.”

BIBLIOGRAFIACohab de Carapicuíba

COHAB (Equipe Técnica) Núcleo Habitacional Carapicuíba. *Acrópole*, ano 30, n. 356, nov. 1968, pp. 34-37, 44.

COMPANHIA Metropolitana de Habitação de São Paulo. Acessado em 17-fev-08, disponível em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/empresas_autarquias/cohab

FREIRE JUNIOR, Deodato de Mello. Espaço no conjunto habitacional: Carapicuíba São Paulo : Fau, 1973

KNAPP, Érica. Vivendo e aprendendo; cohab realiza avaliação pós-ocupação de conjunto em Carapicuíba. In: *Construção São Paulo*, n.2337, p.10-2, nov. 1992

MOTTA, Caio Fabio Attadia da. Avaliação do nível de satisfação de moradores de conjuntos habitacionais. São Paulo, USP, 1975, Dissertação (mestrado) em Sociologia Urbana, 2v.

NOGUEIRA, Brenno Cyrino. *Proposta para pesquisa sobre o conjunto habitacional de Carapicuíba - cohab-sp* São Paulo: Fau/USP, 1978

ORSNTEIN, Sheila Walbe & Romero, Marcelo de Andrade [Coord.] *Avaliação pós-ocupação: conjunto habitacional pres. castelo branco* / São Paulo: Cohab/Fupam/Fau-Usp/Cef, 1992, 6 v.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. Macro indicadores de infra-estrutura econômica e social da zona oeste da região metropolitana de São Paulo: o caso do conjunto habitacional presidente castelo branco – Carapicuíba. *Anais São Paulo: Uncred/Fauusp/Fupam*, 1992, v.1 p.75-86.

RIGATTI, Décio. Apropriação do espaço público: um estudo comparativo. *Revista Paisagem Ambiente*, São Paulo, v. 7, p. 141, 1995

TENÓRIO. Pedro Aparecido. *Carapicuíba: Passado e Presente (1580-2003)*. Carapicuíba, SP: P. A. Tenório, 2003

Geral

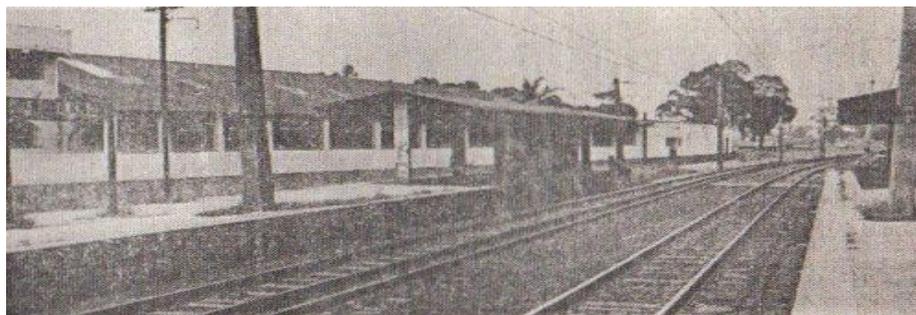
ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni. “As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital” *Educação e Sociedade*, Campinas,

- vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- BENITES, Miguel Gimenez. *Frigoríficos da Grande São Paulo e arredores: estudo geográfico*. São Paulo, USP, 1978, Dissertação (mestrado) em geografia
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002
- DAMIANI, Amélia Luisa. A cidade (des)ordenada concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I. Tese (Doutorado) Geografia Humana/USP, 1993
- DOWBOR, Ladislau. “O que acontece com o Trabalho? (Parte III e Conclusões)” São Paulo, Agosto de 2001, pp. 1-19. Disponível em <http://dowbor.org/actrab.asp>
- MENEGHELLO, Cristina. A Cidade Industrial e seu reverso: As comunidades utópicas da Inglaterra vitoriana. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 35, p. 179-210, 2001, UFPR, Acessado em 16-fev-2008 e disponível em <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/2679/2216>
- NOGUEIRA, Aida Pompeo. O habitar no espaço urbano periférico: conjuntos de habitação social. Tese (Doutorado), FAU/USP, São Paulo, 2003, v1.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar*. Brasil: 1890-1930 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987
- RIGHI, Roberto & NOGUEIRA, Zenilda Benício. Paisagismo de conjuntos habitacionais: avaliação de três experiências em São Paulo. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie). São Paulo, v. 3, n. 1, p. 125-156, 2003. Acessado em 16-fev-2008, disponível em http://www4.mackenzie.com.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Cadernos_de_Pos_Graduacao_em_Arquitetura/2003/paisagismo.pdf
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da Montanha Russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- TRIANA FILHO, Antonio. Habitação Popular no Brasil: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais. Brasília, UnB, 2006, Dissertação(Mestrado) em Arquitetura e Urbanismo.
- VILAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf, acessado em 04/02/2008.

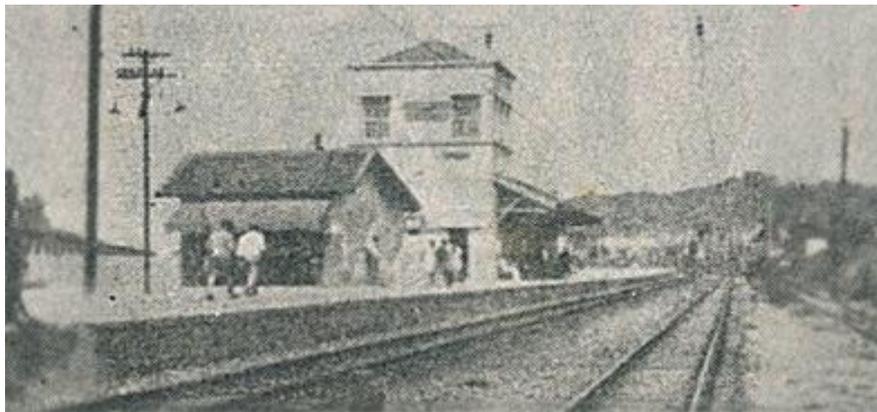
FOTOS



Tomada de Satélite da Cohab-Carapicuíba e adjacências (Fonte: Google Earth)



A estação antiga do Matadouro, anos 1960. O prédio de abate de bovinos do matadouro municipal pode ser visto à esquerda. A atual estação Gal. Miguel Costa fica após a curva, além do Ribeirão Carapicuíba. Acervo José Luiz Alves de Oliveira, disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/galmigcosta.htm>



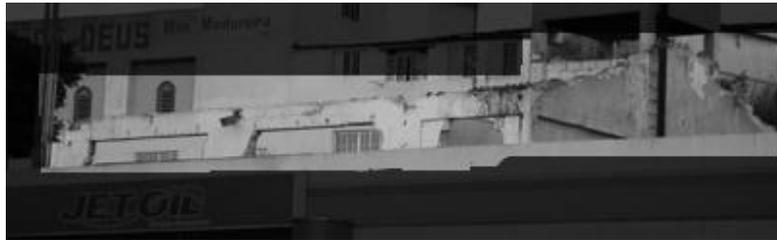
Estação antiga de Carapicuíba, ano 1963. Construída em 1921 como desembarcadouro de gado destinado ao Campo da Boiada (ao fundo, à direita), em 1926 passou a transportar pessoas, quando se chamava Estação Sylvania. Foto cedida por Ricardo Koracsony ao site <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/carapic.htm>.



Estação Gal. Miguel Costa, atual – em 2008. Foto tirada pelo autor.



Estação atual de Carapicuíba, ano de 2002, com a Cohab ao fundo. Foto tirada por Ricardo Koracsony, disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/carapic.htm>



Ruínas do matadouro de suínos, em frente ao Parque dos Paturis.



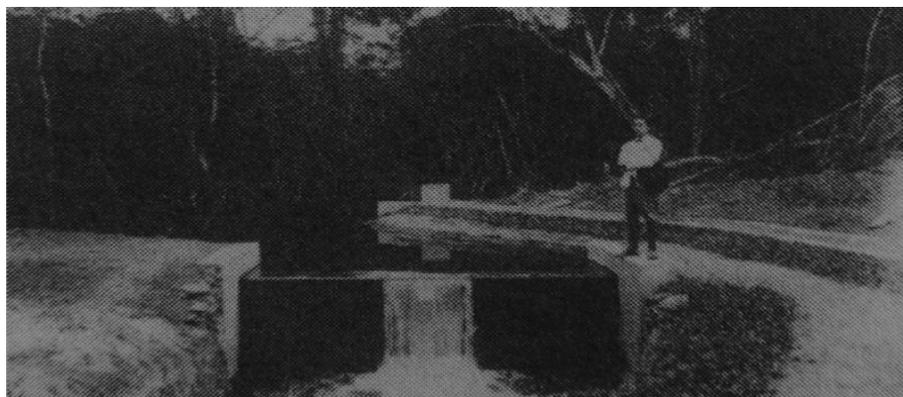
Campo da Boiada, em 1930 (Tenório, 2003, p. 134).



Foto da rua Delfino Cerqueira para a Av. Brasil (tirada pelo autor). As setas indicam os mourões de cimento que sustentavam a porteira de entrada do Campo da Boiada (Tenório, 2003, p. 100). No primeiro plano à esquerda vê-se ponte embaixo da qual passa o Córrego da Pedreira, hoje esgoto.



Foto da entrada da Chácara do Emílio. Construído na década de 50, é o único remanescente das chácaras que compunham o sítio da Fazenda Velha (Campo da Boiada), quando Carapicuíba era uma zona rural produtora de alimentos (Tenório, 2003, p. 132-133).



Ribeirão Carapicuíba em 1922 (Tenório, 2003, p. 164)



Rodoanel Mário Covas, em 2008, construído sobre as águas do Ribeirão, que foi canalizado. As árvores no plano médio à esquerda são do Parque dos Paturis.



T1 – Edifícios de Tijolos



T2 – Casas de Alvenaria



T3 – Forma Túnel Longitudinal



T4 – Forma Itapuã



T6 – Forma Túnel Transversal



T7 – Alvenaria Blocos – Bloco Duplo



T7 – Alvenaria Blocos – Bloco Simples



T8 – Painéis Pré-Moldados de Concreto



Centro Comercial planejado pela Cohab – Av. Integração



Comércio no piso térreo do prédio



Garagens construídas junto à via, algumas utilizadas como comércio pelos moradores



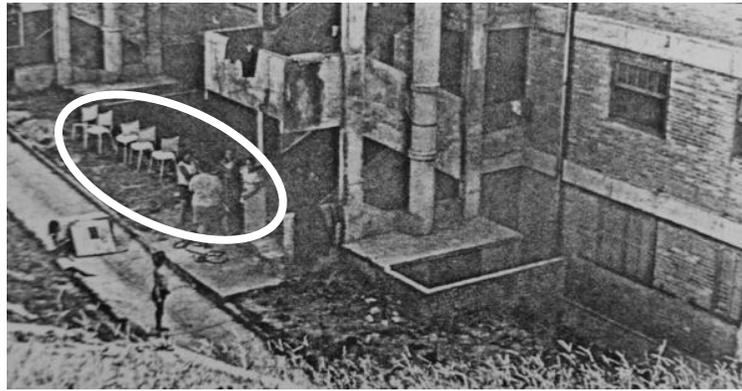
Antigo centro comercial, hoje ocupado por moradores sem teto



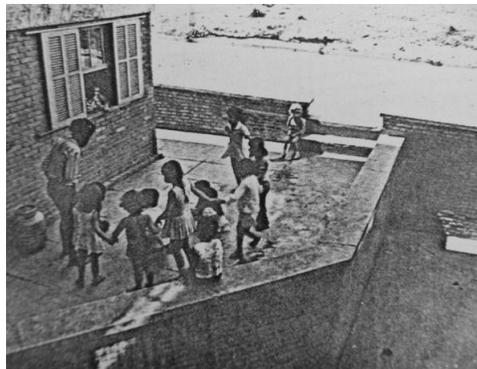
Formação de favela em área próxima ao conjunto habitacional.



Embarque de ônibus, na linha que ligava a Cohab com a estação ferroviária do centro de Carapicuíba (Motta, 1975, p. 55).



Mulheres conversam enquanto lavam cadeiras (Motta, 1975, p. 59)



Crianças brincam no corredor de entrada do prédio. (Motta, 1975, p. 59) Vários arquitetos apontam uma das deficiências do projeto a ausência de áreas de recreação.



(Motta, 1975, p. 60)